

António Maria da Silva (1872-1950), engenheiro de minas de formação, emergiu de um passado político algo obscuro para se assumir como um dos líderes da Carbonária Portuguesa, cujo esforço conspirativo permitiu a vitória da Revolução do 5 de Outubro de 1910 e a instauração da República, fazendo dele um dos fundadores do novo regime.

Durante a primeira fase da República (1910-1917), António Maria da Silva, primeiro como independente, depois como membro do Partido Republicano Português / Partido Democrático (PRP/PD), dedicou a sua atenção, sobretudo, a assuntos relacionados com o desenvolvimento económico do país, tendo liderado o Ministério do Fomento nos dois primeiros governos de Afonso Costa. Com a entrada de Portugal na Grande Guerra, integrou o governo da União Sagrada como ministro do Trabalho e Previdência Social, um cargo com uma dimensão notoriamente mais política do que o do Fomento e que lhe atribuiu responsabilidades na gestão de uma situação económico-social muito conturbada e com reflexos dramáticos nas condições básicas de vida da população.

Entre meados de 1917 e meados de 1919, António Maria da Silva permaneceu afastado da ribalta, reaparecendo, depois, das cinzas do sidonismo, com desígnios políticos mais ambiciosos. Até aos inícios de 1922, conseguiu afirmar-se como a figura mais importante na elite dirigente do PRP/PD e, por consequência, como o político mais influente da República. Perante um ambiente político-social crescentemente bipolarizado entre um bloco radical e um bloco conservador, tentou transformar o seu partido – hegemónico e dominador – numa espécie de fiel da balança do regime, fazendo cedências a um e a outro, com o objetivo de garantir a estabilidade, a integridade e até mesmo a própria sobrevivência do regime republicano. Esta estratégia acabaria, porém, por não conseguir conter e gerir as tensões político-sociais do pós-Guerra, o que se revelou fatal, tanto para o seu partido, como para a República.

António Maria da Silva foi presidente do Ministério por seis ocasiões, ocupou cargos ministeriais em seis governos chefiados por outros, e foi eleito deputado em todas as legislaturas da República, exceto na do período sidonista, factos que, só por si, nos dão conta da sua onnipresença na vida política da República. No entanto, António Maria da Silva não se dedicou apenas à política. Ao longo de boa parte da República, esteve à frente da Administração-Geral dos Correios e Telégrafos, onde desempenhou um papel de relevo na tentativa de construir uma rede radiotelegráfica em Portugal e que culminou no surgimento da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, em 1925. Foi também Grão-Mestre Adjunto da Maçonaria entre dezembro de 1915 e dezembro de 1929, tendo substituído o Grão-Mestre por diversas ocasiões. Voltou a conspirar sempre que necessário: por exemplo, em 1918, durante o sidonismo, e, tudo indica, nos primeiros anos da Ditadura Militar. Contudo, foi apenas no 14 de Maio de 1915 que teve um dos papéis principais, quando integrou a Junta Revolucionária responsável pelo derrube da ditadura de Pimenta de Castro.

Conspirador e hábil manobrador político, onnipresente e multifacetado, mas também mal-amado e controverso, António Maria da Silva, o “engenheiro” da República, é a complexa figura que procuramos dar a conhecer nesta obra.